

LUTA PELA TERRA E INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA – BA

Mateus Silva Ferreira¹

RESUMO: O seguinte trabalho objetivou discutir a implementação da proposta da agroecologia no assentamento e trazer conceitos sobre a luta pela terra e a inserção da Agroecologia no assentamento Terra Vista na Bahia. Nessa lógica de discussão a desigualdade social no Brasil se iniciou com o processo de colonização e domínios das terras, que mantém a elite brasileira no domínio territorial e político, por meio de três mecanismos: questão latifundiária, monocultura e trabalho escravo, fazendo uma economia voltada aos seus interesses, tornando a terra uma mercadoria. O objetivo da pesquisa consistiu em compreender o contexto histórico de formação, planejamento, desenvolvimento e inserção da agroecologia no assentamento Terra Vista, bem como sua importância para a sustentabilidade da economia, das relações sociais, culturais, políticas e ambientais. O trabalho se desenvolveu a partir da observação, percepção da posse, do manejo da terra e da potencialização das relações humanitárias, com a aplicação do DRP (Diagnóstico Rural Participativo). Em primeiro momento buscou-se o levantamento de dados secundários, identificação dos Stakeholders, e a construção da linha do tempo. O segundo passo se constituiu com a participação em rodas de conversas e convívio no campo. O processo de luta iniciou-se no ano de 1992 e a conquista da terra efetuou-se no ano de 1994, durante a ocupação, os acampados sofreram cinco despejos truculentos e, após a conquista, os assentados puderam desenvolver as atividades agrícolas. Inicialmente, os métodos de produção se baseavam no estilo convencional, mas no ano de 2002, decretou-se que seria proibida a utilização de agrotóxicos, queimadas, desmatamento, dentre outras formas que degradasse a biodiversidade. A conquista da terra e a agroecologia proporcionaram a recuperação da biodiversidade e as bases de fundamentação para as duas escolas, ainda foi utilizada na capacitação e formação dos assentados no período de transição. Assim, a formação pontual não é suficiente para a mudança, vê-se a necessidade de uma formação contínua e mais efetiva. Entendendo a necessidade de mudança do modelo e compreendendo que a transição é um processo lento e complexo, vê-se a necessidade do trabalho contínuo de conscientização dos agricultores, através de um trabalho técnico mais efetivo, com valorização de seus saberes e incentivando-os a conhecer melhor seu agroecossistema.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável. Agroecologia. Reforma agrária. Transição.

ABSTRACT: The following work aimed to discuss the implementation of the agroecology proposal in the settlement and bring concepts about the struggle for land and the insertion of Agroecology in the Terra Vista settlement in Bahia. In this logic of discussion, social inequality in Brazil began with the process of colonization and land domains, which keeps the Brazilian elite in the territorial and political domain, through three mechanisms: land

¹ Graduado em Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Uruçuca e Mestrando o Mestrado Profissional em Educação do Campo. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

ownership, monoculture and slave labor, making an economy focused their interests, making the land a commodity. The objective of the research is to understand the historical context of formation, planning, development and insertion of agroecology in the Terra Vista settlement, as well as its importance for the sustainability of the economy, social, cultural, political and environmental relations. The work was developed from observation, perception of ownership, land management and enhancement of humanitarian relations, with the application of DRP (Participative Rural Diagnosis). Firstly, we sought to collect secondary data, identify Stakeholders, and build the timeline. The second step was to participate in conversation circles and socializing in the field. The fighting process started in 1992 and the land was conquered in 1994, during the occupation, the campers suffered five brutal evictions and, after the conquest, the settlers were able to develop agricultural activities. Initially, production methods were based on the conventional style, but in 2002, it was decreed that the use of pesticides, burning, deforestation, among other ways that would degrade biodiversity, would be prohibited. The conquest of land and agroecology provided the recovery of biodiversity and the foundations for the two schools, it was also used in the qualification and training of settlers in the transition period. Thus, punctual training is not enough for change, there is a need for continuous and more effective training. Understanding the need to change the model and understanding that the transition is a slow and complex process, we see the need for continuous work to raise awareness among farmers, through more effective technical work, valuing their knowledge and encouraging them to know your agroecosystem better.

KEYWORDS: Sustainable development. Agroecologia. Land reform. Transition.

INTRODUÇÃO

O assentamento Terra Vista possui 56 famílias assentadas e está localizado na cidade de Arataca - BA, situada no bioma da Mata Atlântica que é um dos mais biodiversos do mundo. Os assentamentos são resultados de superação dos problemas sociais, onde oprimidos se organizam para conquistar e superar problemas ocasionados por um contexto histórico de desigualdade.

Compreendemos que assentamento é basicamente um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

O Direito Agrário no Brasil tem a preocupação primeira voltada para a função social da propriedade e na adequada e justa distribuição da terra a todos que dela necessitam. Este contexto fático e jurídico tornou e tem tornado necessário o posicionamento do Estado em relação a medidas de modo a redistribuir e reordenar a estrutura agrária, através de um processo denominado de Reforma Agrária.

O Estatuto da Terra – Lei 4.504/64-, em seu Artigo Art. 1º traz a seguinte definição,

§ 1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (Presidência da República, 1964).

No Brasil, o assentamento das famílias no campo acontece por meio da reforma Agrária, a qual é o sistema que regula e promove a divisão "justa" da terra. No Brasil a reforma agrária atua para corrigir uma distribuição fundiária injusta, distribuição que se encontra praticamente inalterada, deixando nas mãos dos latifundiários a posse da terra, que explora de forma exaustiva os bens naturais com a utilização da monocultura, uso de agrotóxicos, desmatamento, queimadas e modificação genética das sementes crioulas, etc.

A desigualdade social no Brasil se iniciou a partir da exploração dos bens naturais para alimentar o mercado externo. Tudo se inicia com a divisão das terras brasileiras em capitâneas hereditária no ano de 1534, esse modelo colonial implantado pela coroa portuguesa constituía na divisão do território em faixas de terras e essas eram concedidas aos nobres de confiança de D. Pedro III e depois a Lei da terra em 1850 que foi uma forma de comprovar ser o titular do lote, nesse período, para se obter uma propriedade era preciso de capital, de modo que possibilitava somente a monarquia ter a posse das terras.

A posse da terra se tem a partir de ocupações e acampamentos, que são movimentos sociais organizados que lutam pela democracia e qualidade de vida para todos. O resultado da luta ocorre quando a União efetua a desapropriação de grandes propriedades latifundiárias que na maioria das vezes se encontram improdutivas e direciona para interesse social. Em seguida o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), loteia e distribui a propriedade para as famílias, além disso, presta assistência financeira e consultoria.

Para entender melhor sobre as lutas dos movimentos sociais, seguindo este raciocínio, Ferreira (2003) define “Movimentos Sociais a partir das ações de grupos organizados que objetivam determinados fins”. Ou seja, de acordo com o autor, os movimentos sociais se definem como tal por conta da ação coletiva de um grupo organizado e que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio da luta política, em função de valores ideológicos compartilhados questionando uma determinada realidade que se caracteriza por algo impeditivo da realização dos anseios de tal movimento.

As ocupações são ações organizadas de forma coletiva que busca acesso a terra. As ocupações é o processo que as pessoas se reúnem em um mecanismo de luta, na maioria das vezes essas se aliam em algum movimento social como o movimento dos trabalhadores rurais

sem terra (MST) ou movimento de luta pela terra (MLT), entre outros. Os assentamentos foram definidos em meados da década de 2000 pelo Estado brasileiro da seguinte maneira,

Um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em áreas destinadas a Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissensorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação do sistema de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

A relação dos assentados com a agroecologia é grande, entendendo que a agroecologia é a ciência multidisciplinar que discute as relações do modo de produção do desenvolvimento da sociedade e natureza, é a junção dos conhecimentos tradicionais com os científicos. Agroecologia é mais que um modo de produção de alimentos saudáveis, como os orgânicos, esses sujeitos da Terra Vista, trabalha nessa perspectiva. Dessa maneira, compreende que a agroecologia fundamenta em um projeto de vida que inclui uma educação que vai além da formação para o mercado, promove discursões sobre cultura, cooperação do trabalho, segurança alimentar, soberania alimentar, sistemas agrícolas consorciados com a agrobiodiversidade, educação do campo, discute a desconstrução do preconceito de gênero, sexualidade, racismo, entre outras formas de opressão. Agroecologia é um movimento de produção, saúde e luta.

A história nos mostra que a luta pela organização passa por um percurso de resistência da classe trabalhadora juntamente com as ações políticas. Segundo Fernandes. (2012, p. 496),

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a coleta de dados dessa pesquisa, buscamos analisar e compreender as informações a partir do contexto histórico de formação, planejamento, desenvolvimento e inserção da agroecologia no assentamento Terra Vista, bem como sua importância para a

sustentabilidade da economia, das relações sociais, culturais, políticas e ambientais. O presente estudo apresenta reflexões e orientações acerca do uso da pesquisa qualitativa e as informações foram alcançadas através de visitas, convívio e rodas de conversas. Para coleta de dados, utilizou-se a aplicação das ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como a coleta de dados secundários, stakeholders e linha do tempo.

Constata-se a necessidade de fortalecer a participação da população, que assume o processo de decisão e gestão de seus destinos, portanto DRP “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades reflitam sobre a sua realidade e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p.6). Trata-se de um novo redesenho de posturas, de compartilhar conhecimentos e experiências. Implica, portanto, potencializar e emponderar os participantes a desenvolver suas capacidades de juntos identificarem suas problemáticas e potencialidades, compartilhando conhecimentos e experiências e, com isso gerenciando suas potencialidades de superação das problemáticas identificadas.

Em primeiro momento realizou-se o levantamento de dados secundários, que se consistiu em buscar informações através de estudos e panfletos, identificação e indicação dos stakeholders, os quais são qualquer grupo ou indivíduo que estão ligados com processo de conquista, visa identificar e conhecer as suas influências no desempenho estratégico das tomadas de decisão, são aqueles que afetam ou afetaram o movimento. No caso, escolheram-se os moradores mais antigos que participaram desde o começo da luta, esses foram indicados pelos moradores com o decorrer da apresentação da proposta do estudo. Os encontros com os stakeholders se deram a partir do momento em que foi mencionado sobre o desenvolvimento da pesquisa, através de visitas em alguns espaços do assentamento como domicílios, bares, roça e avenidas. Esses indicavam outros que participaram do processo de ocupação, formação e desenvolvimento do local. Após esse processo utilizou-se a linha do tempo, que é uma ferramenta que ajuda a relembrar de fatos e momentos da história do lugar, estruturando os acontecimentos e simplificando o entendimento.

“Para a construção da linha do tempo, podem ser feitas entrevistas com os moradores mais antigos, procura por fotos e filmes que retratem a história do lugar, jornais antigos, entre outros”. De acordo com Silva e Peneireiro; et al, 2014.

Para montar a linha do tempo, traça-se uma linha e, ao conversar com os participantes, procura-se saber quais os principais fatos que aconteceram marcando-os ao longo da linha. A linha pode ser horizontal ou podem representar altos e baixos (momentos bons ou ruins) dos fatos apontados.

RESULTADO DA PESQUISA

O início da luta pela terra se iniciou no ano de 1991, onde se alugou uma residência na cidade de Itabuna, na Avenida Ilhéus para criação do grupo motor, que tinha como finalidade passar três meses fazendo reuniões preparando o povo para a ocupação da Fazenda Bela Vista.

Em 08 de março de 1992, numa madrugada, a Fazenda foi ocupada por 350 famílias de diversas cidades do sul da Bahia como: Camacã, Itajuípe, Ubaitaba, Aurelino Leal, entre outras. De dezembro de 1992 a 1993, os acampados sofreram cinco despejos cruéis e desumanos pela a polícia militar. Muitas pessoas foram agredidas, presas, perderam as estruturas da ocupação e seus pertences. Em 22 de dezembro, tendo restado apenas 28 famílias, a fazenda foi ocupa da pela sexta vez. No assentamento a violência e discriminação se deram a partir da força do Estado, da polícia militar, meios de comunicação e da UDR (União Democrática Ruralista), que causou muitas controversas nas ideologias do movimento, retratando o ato dos camponeses como vagabundos e vândalos invasores de terra que as queriam para vender e não para trabalhar.

O fortalecimento do processo de enfrentamento dos trabalhadores e trabalhadoras se deu através do MST, inovando a luta, passando de posseiros para luta de massa e unindo com a política, conseguiram derrubar o primeiro coronel Elis Cavanhaque, foi a primeira vitória na região do cacau. A partir de ocupações, os movimentos de luta pela terra conquistaram terras de latifundiários falidos, assim incentivando e mostrando a real necessidade de ocupar as fazendas de cacau dos coronéis da região sul da Bahia.

O assentamento Terra Vista é uma grande vitória do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e é a partir de julho de 1994, após o presidente Itamar Franco, assinar a desapropriação para interesse social que estabelece o Assentamento Terra Vista. Essa vitória fez o MST expandir as suas forças e determinou uma grande derrota aos coronéis do cacau. Essa conquista foi um marco histórico, uma referência e uma inovação na estratégia de luta dos assentados e do MST. Saíram da luta de posseiro que era considerada muito violenta para uma ocupação de massa e de resistência coletiva e com isso se deu outro nível de enfrentamento.

Após a conquista, alguns assentados que participavam de outras ocupações como Loanda, Mariana e Espírito Santo, foram deslocados para o Assentamento Terra Vista. No ano de 1992, outro processo de luta pela terra também se consolidava, que foi o Tancredo Neves na cidade Wenceslau Guimarães.

Com a violência e discriminação que se estendia por todo território sobre a reforma agrária, surgiu a necessidade de atuar em outras frente. E com isso, era preciso trabalhar em outros campos como: Educação, capacitação e formação política. Através da educação que entenderam que era preciso construir um novo projeto de agricultura e humanização no campo.

Para o Movimento, não bastava somente ocupar, derrubar as cercas, enfrentar a burguesia e o Estado, mas sim adotar um modelo de produção que contrapusesse o uso de técnicas fornecidas pelo pacote tecnológico. Nessa vertente a Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo, porém, para se chegar ao atual estágio, exigiu-se toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento. Para tanto, faz-se necessário compreender em qual contexto se vivia, para então desvendar os reais objetivos do processo de modernização da agricultura e, por conseguinte, os impactos provocados por ela, no espaço nacional.

Podemos afirmar que a Revolução Verde não é apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também existe uma intencionalidade inserida dentro de uma estrutura e de um processo histórico. Neste sentido, será imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde.

Em questão educacional o assentamento Terra Vista possuem duas escolas, uma para formação infantil, fundamental I, fundamental II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) que é o Centro Integrado Florestan Fernandes e o Centro Estadual de Educação Profissional da floresta do cacau e do chocolate Milton Santos que atende a formação no ensino médio integrado aos cursos técnicos de Zootecnia, Informática, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Alimentos e Agroindústria. Esses têm como principais objetivos atenderem simpatizantes da agroecologia, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periféricos, filhos de agricultores e assentados.

A educação no assentamento é tratada como um mecanismo transformador das relações da realidade do assentamento, envolvendo no currículo das escolas conhecimentos que inclui trabalho fundamentado na agroecologia e nos conhecimentos tradicionais vinculados aos científicos. A Figura 1, refere-se aos resultados coletados e organizados na linha do tempo a partir das informações dos stakeholders.

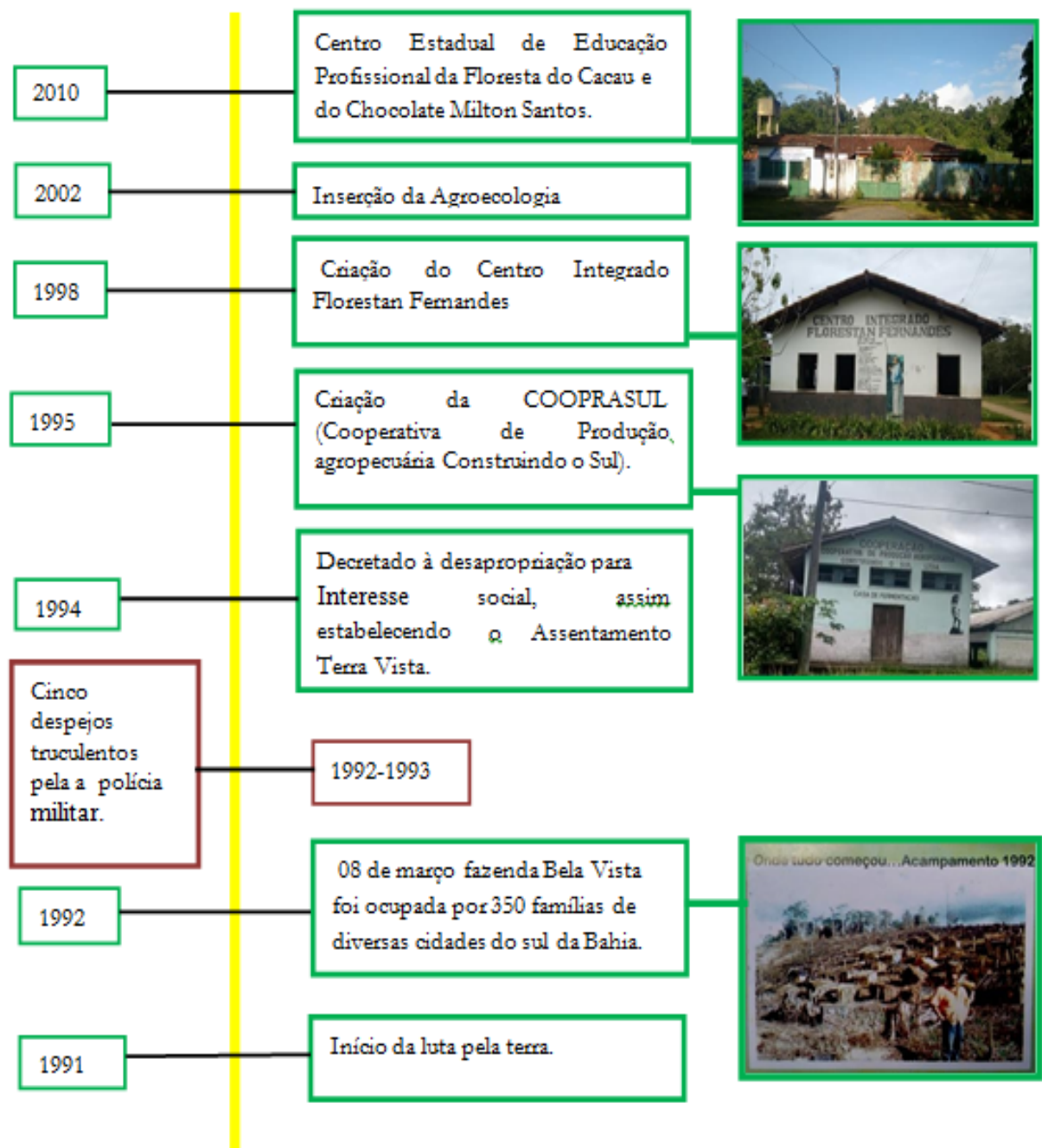


Figura 1: Linha do Tempo do contexto histórico de luta e conquista da terra, organização do trabalho e educação.

INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA

O projeto de agricultura se baseou na agroecologia, educação e trabalho fundamentalmente construído para a segurança da vida no campo e nas zonas urbanas. Com os andamentos de desenvolvimento do assentamento, viu-se o desafio de mudar a palavra de ordem do MST e do assentamento. Antes **ocupar e resistir**, agora **ocupar, resistir e produzir**. Com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) que

começou a programar o processo produtivo do assentamento. O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária foi criado com o objetivo de promover a produtividade agrícola dos assentados e introduzi-los no mercado, assim emancipando vidas.

O modelo produtivo adotado inicialmente se baseava nas propostas de produção da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), de princípio foram plantado milho, abacaxi, café, mandiocas, entre outras e 7,5 de lâminas de água para piscicultura que pertencia ao coletivo e 100 hectares de pastagem para criar 200 vacas que também pertenciam ao coletivo.

A comercialização da mandioca não apresentou bons resultados, pela falta de uma casa de farinha, o leite teve bons resultados, mas a distribuição e viabilidade econômica impediram a comercialização, a produção de café foi baixa, devido os assentados terem pouco conhecimento sobre a cultura, o plantio de abacaxi sofreu o ataque da fusariose (*Fusariumsubglutinans*) e os peixes produzidos foram utilizados para pagar a Coelba e a fábrica de ração.

As discussões de um novo modelo de produção sustentável teve início no ano de 2002. Não demorou muito para ser realizada uma assembleia geral, onde foi deliberada a proibição de uso de tecnologias que pudessem ocasionar impactos ambientais. De início muitos descreditaram, mas com o decorrer das capacitações perceberam que era capaz de desenvolver uma economia sustentavelmente, mas ainda há controversas de alguns que acreditam que as práticas de produção baseadas em fertilizantes químicos são menos trabalhosas e mais rentáveis.

Inicialmente, o Assentamento teve apoio do instituto INGÁ (Instituto de Gestão das Águas e Clima) e do IPB (Instituto de Permacultura da Bahia) que proporcionaram a capacitação dos assentados no processo de transição do convencional para o agroecológico. A vassoura de bruxa (*Moniliophthera perniciososa*) causou um grande declínio na produção do cacau e através do sistema cabruca perceberam que a incidência do fungo era reduzida, assim os métodos empregados pelo agronegócio não apresentavam as exigências edafoclimáticas que a cultura necessita.

No assentamento há áreas de pesquisas participativas em cacau, junto com o Instituto Cabruca e Biofábrica, onde a produção saiu de 12 a 13@/ha do convencional e atingiu 83@ a 93@/ha, incluindo nas pesquisas 18 variedades de cacau no sistema cabruca e no sistema agroflorestal. Das 18 variedades de cacau, 10 foram pesquisadas no sistema cabruca e 8 no sistema agroflorestal. O objetivo da pesquisa foi identificar as melhores variedades de cacau

resistentes à doença da Vassoura de Bruxa e que proporcionem a produção de amêndoas de qualidade para a obtenção do chocolate fino.

Outra pesquisa que está se desenvolvendo nesse espaço é a produção de hortaliça orgânica, essa vem incentivando os assentados a produzir utilizando os insumos orgânicos do próprio assentamento, assim contribuindo para o fornecimento de alimentos para as escolas locais através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

SISTEMA AGROFLORESTAL E CABRUCO

Logo após a posse da terra, foi discutido que a área do assentamento Terra Vista não seria dividida em tamanhos iguais para as famílias, mas sim, pela força de trabalho que essas pudessem fornecer para manter todo espaço produzindo, assim, possui áreas coletivas e individuais, as áreas coletivas foram constituídas em 1995 com a criação da COOPRASUL; e as individuais, são administradas pelas famílias.

Os sistemas de produção adotados pelos assentados integram uma ampla diversidade de culturas frutíferas e arbóreas. De princípio, com a vassoura de bruxa as técnicas utilizadas se expiravam nas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, essas não demonstravam resultados significativos na produção, mas através de estudos realizados para controlar a incidência do fungo, perceberam que a partir do sombreamento do cacau por outra cultura o ataque era reduzido e ao mesmo tempo produzia biomassa para cobertura e fertilidade do solo. Esse sistema de controle do fungo e de produção é conhecido como cabruca. O sistema cabruca é um sistema ecológico de cultivo que implementa estratos florestais de interesse econômico juntos com culturas agrícolas.

O sistema agroflorestal foi adotado por alguns através do conhecimento tradicional herdado dos mais idosos, outros através de capacitações e vivências em outras comunidades. O SAF's e cabruca apareceram para construir uma renda para os assentados através de sistemas que produzam, recuperam e preservem o ecossistema.

A “TEIA” dos povos que é um grupo de articulação criado a partir da I Jornada de Agroecologia da Bahia no assentamento Terra Vista em 2012, em parcerias com outras comunidades tradicionais e instituições aprovou o projeto de implantação de unidades produtivas de cacau agroecológico através do sistema cabruca e agroflorestal. A atitude tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável a partir da recuperação da agrobiodiversidade em áreas de ocupações, assentamentos, reservas indígenas, quilombos, entre outras comunidades.

PRINCIPAIS TÉCNICAS EMPREGADAS PARA ADUBAÇÃO

Com o objetivo de obter uma melhor produtividade na agricultura e manter o equilíbrio entre a produção de matérias-primas e a preservação da natureza, existem diferentes técnicas para melhorar o solo e que mantêm o seu uso sustentável. Afinal, o seu uso de maneira predatória ou incorreta pode acarretar problemas como a desertificação, a arenização, a intensificação de erosões e outros problemas.

As técnicas empregadas são os restos de compostos de casqueiro de cacau que são coletados nas roças, esterco, pó de cerra, cobertura morta que serve tanto para adubação, quanto para a proteção do solo contra a chuva e sol, biogel e calcário. Outra técnica empregada na adubação são as queimadas controladas para a plantação de banana, mandioca e hortaliças. Utilizam-se as queimadas para a limpeza de áreas que possuem gramíneas densas. As gramíneas dificultam o preparo inicial da área e nem todos possuem instrumentos que realizam a limpeza rápida como a roçadeira. Assim o trabalho com facão é trabalhoso e cansativo, tornando-se necessário realizar a queimada controlada.

SOBERANIA ALIMENTAR

A soberania alimentar é tratada como um dos pontos mais cruciais na produção no assentamento. As Sementes crioulas trouxeram independência produtiva. A semente crioula é aquela cujo germoplasma vem sendo multiplicado por agricultores através do tempo. Pode ser original do próprio local em que vem sendo cultivada, de outras regiões ou até de outros países. Seu cultivo conduz à adaptação ao ambiente em que se encontra o que ocorre como resultado da seleção natural, da seleção artificial pelo agricultor ou da combinação de ambas. As sementes crioulas não tiveram sua estrutura genética modificada pela indústria, em um processo de melhoramento genético, e não são, conseqüentemente, patenteadas por nenhuma empresa.

Antes as compradas em casas de fazendeiro e armazéns não apresentavam um replantio garantido e eram facilmente atacadas por indicadores biológico, conhecido também como pragas. A soberania alimentar proporcionou aos agricultores escolherem as culturas que eles quisessem plantar, assim hoje, os quintais, praças, escolas, matas ciliares, e sistemas de produção apresentam uma diversidade de culturas como: cacau, açaí, abacaxi, cupuaçu, bananeira, jambo, coco, café, abacate, caju, cajá, graviola, jaca, pitanga acerola, taioba, batata,

aipim, limão, laranja, etc. Além de arbóreas como ingá, seringueira, pau-brasil, jequitibá, etc. Que são usadas para sombreamento do cacau e recuperação da biodiversidade local.

GRUPO DE PRODUÇÃO

A coletividade e diversificação de produtos proporcionaram um avanço econômico para os assentados. O Grupo de produção possuía o selo de certificação orgânica e os alimentos produzidos eram vendidos em feiras da cidade de Camaçã, Arataca, Itabuna, etc. Além das feiras os produtos eram comercializados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE é um programa do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. Tem como principal objetivo a melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais.

Nessa perspectiva, o grupo já realizou uma reunião no ano de 2018 para buscar uma forma de comercializar, já que houve cortes no PAA e PNAE e nas feiras livres as vendas não estão sendo satisfatórias. Por isso, buscar alternativas sustentáveis é prioridade para essas pessoas que precisam de uma renda para a sobrevivência.

CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Quando ocorre o plantio de algumas culturas desconhecidas realiza-se consultas com os mais experientes sobre a influência da lua e os segredos para uma melhor produção. Exemplos de conhecimentos tradicionais é o plantio da batata doce em forma de ramas, que consiste em cortar em pedaços, deixando somente sete folhas em cada muda e para facilitar a colheita é só escolher a direção e plantar de forma que as batatas cresçam para o lado escolhido. Outro exemplo é a influência da lua cheia no plantio da banana d'água e cana, caso plantado nessa lua as culturas é danificada com rachaduras profundas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a luta pela terra e conquista, emancipou a vida de famílias que antes viviam em realidades precárias. A coletividade e organização social possibilitaram a criação

de um novo modelo de educação que constrói a partir da realidade da educação do campo, de uma diversidade de saberes e valores culturais, sociais e ambientais. A luta e transição do convencional para o agroecológico proporcionou a autonomia produtiva dos assentados, recuperou a biodiversidade local e vem incentivando a produção sustentável em outras comunidades tradicionais junto a TEIA dos povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; et al. Dicionário de Educação do Campo. 2 ed. Editora expressão popular. São Paulo, 2012.

FERNANDES, Bernado Mançono. Dicionário de Educação do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2 ed. Editora expressão popular. São Paulo, 2012.

FERREIRA. Delson. Manual de sociologia: Dos Clássicos á Sociedade da Informação. 2 ed. ATLAS S.A. São Paulo, 2003.

SILVA, Elisa Marie Sette; PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; et al.; Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária – Brasília -DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1a edição, 2014.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar. 3 ed. Brasília, outubro de 2010.

Presidência da República. Casa Civil, Estatuto da Terra. Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: Janeiro de 2018.